

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA MATEMÁTICA ESCOLAR CAPIXABA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: O CONTEXTO DO GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO

Tercio Girelli Kill
Universidade Federal do Espírito Santo
tercio.kill@gmail.com

Resumo

A pesquisa intenta compreender o processo de configuração da matemática escolar durante a primeira década de funcionamento do Ginásio do Espírito Santo (GES), instituição de ensino criada em 1906, em Vitória - ES. Aborda a dinâmica inerente à constituição do quadro docente, orientações metodológicas diversas e seleção dos manuais didáticos de matemática para o referido educandário. Utiliza como fontes: recortes de jornais, documentos pertencentes aos arquivos do GES, documentos oficiais e editais de concurso. As análises indicam que fatores políticos, econômicos e religiosos interferiram na matemática ensinada no GES.

Palavras-chave: história da matemática escolar; ensino secundário; Ginásio do Espírito Santo.

1. A criação do GES

Um espaço historicamente emblemático no âmago da educação capixaba, o Ginásio Espírito-Santense, foi legalmente fundado em 24 de outubro de 1906. A equiparação ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) foi decretada dois anos mais tarde e representava, conforme Simões, Salim e Tavares (2009, p. 142), “uma tentativa de impulsionar o ensino secundário, fragilizado pelas políticas públicas localmente implementadas”. Durante a sua existência, o GES foi local de formação de alguns principais nomes da elite econômica, política e intelectual capixaba.

O Ginásio Espírito-Santense foi criado durante o segundo mandato do Coronel Henrique da Silva Coutinho. Em sua mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 07 de setembro de 1904, na abertura da primeira seção da quinta legislatura, o governante demonstrava especial atenção para com a instrução pública, quando afirmou que:

Um povo sem instrução é um povo infeliz; a instrução é a luz que guia a sua razão para a prática do bem e o fanal que o encaminha na senda do progresso.

É verdade que não pode sofrer contestação, - quando se abre uma escola fecha-se uma cadeia (p.13, grifos do autor).

A administração do Coronel Coutinho ficou marcada pela atenção e esforços dedicados aos problemas da educação primária. No entanto, obteve pouco êxito, por conta da exiguidade de recursos materiais. Da criação jurídica do GES até o início efetivo das atividades decorreram quase dois anos.

A Ata da Primeira Reunião da Congregação do GES, encontrada nos arquivos da escola, é datada de 01 de abril de 1908. A primeira deliberação da Congregação versava sobre o programa de ensino a ser adotado no educandário. Foi decidido seguir restritamente o programa de ensino oficial adotado no Gymnasio Nacional. A rigor, a congregação do GES ratificava um item presente no regulamento do educandário que, dentre os seus artigos, articulava a instituição de ensino capixaba ao estabelecimento padrão para o ensino secundário brasileiro da época. A intenção da consonância entre os dois educandários era, de acordo com as finalidades de criação do GES, a posterior obtenção da equiparação¹ à instituição secundária modelar daqueles tempos.

Outros itens do regulamento determinavam que a instrução a ser ministrada no GES, assim como no Gymnásio Nacional, deveria ter “feição essencialmente prática”. Asseverava, ainda, que o curso de Bacharelado, assim como na instituição modelo, deveria constituir-se das seguintes disciplinas, assim divididas:

Quadro 1 – Disciplinas componentes no regulamento do curso de bacharelado - GES

Línguas	Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim e Grego
Ciências	Matemática Elementar, Elementos de Mecânica e Astronomia, Física e Química, História Natural, Geografia Geral e Corografia do Brasil, História Universal e especial do Brasil e Lógica.
Artes	Desenho

Fonte: Decreto 96, de 19/02/1908.

Durante os seis anos de curso que compreendiam o secundário do GES, o estudo da matemática fazia-se presente na grade curricular da seguinte forma: 1º ano com 4 horas semanais de Aritmética, 2º ano com 3 horas semanais para Aritmética e Álgebra, 3º ano com 4 horas semanais para Álgebra e Geometria, 4º ano com 4 horas semanais

¹ De acordo com Vechia e Lorenz (1998) “através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. (p. viii)

para Álgebra, Geometria e Trigonometria e o 6º ano destinava 2 horas semanais para Matemática.

No que diz respeito à metodologia de ensino, os lentes do GES deveriam observar, do mesmo modo que os programas, o método de ensino determinado pelo Gymnásio Nacional, conforme o regulamento do próprio educandário capixaba. Além disso, havia também orientações metodológicas específicas para o ensino de matemática:

O lente de Mathematika Elementar deverá considerar as respectivas disciplinas não só como um complexo de theorias úteis em si mesmas, de que os alumnos deverão ter conhecimento para apical-as às necessidades da vida, senão também como um poderoso meio de cultura mental tendente a desenvolver o raciocínio, e para isso se fará durante o curso uso habitual do cálculo mental. No ensino de trigonometria se farão freqüentes as applicações a prática dos logarithmos (DIÁRIO DA MANHÃ, 21/02/1908).

O regulamento do GES também se pronunciava sobre as avaliações específicas para a disciplina de matemática. Os exames deveriam ter um número de questões bem definido:

A prova escripta de mathematica e astronomia versará sobre o desenvolvimento methodico e prático de quatro questões, inclusive a avaliação de áreas e de volumes, questões sorteadas dentre doze formuladas no acto de começar a prova, pelo especialista da comissão de sciências, e acceitas pela maioria de seus membros (idem).

O GES foi criado tendo por horizonte a equiparação. Em razão disso, os programas de ensino, as metodologias e orientações sobre os exames, em termos formais, eram tomados à imagem e semelhança da instituição padrão do ensino secundário nacional. Em termos estruturais, dentre outras pendências, ainda havia necessidade de compor o quadro docente.

2. Os primeiros professores do GES

De acordo com o primeiro regulamento do GES, o corpo docente da instituição era formado por lentes e professores. Apenas os primeiros faziam parte da congregação e eram obrigados a prestar concurso. Porém instalava-se um problema: como promover os vários concursos para as cátedras recém-criadas, numa instituição que ainda se configurava? Como seriam estabelecidas as bancas do certame? Quem seriam os avaliadores? Ao que parece, a necessidade de início das atividades do educandário,

criado a dois anos, forçou uma solução provisória e menos onerosa. Para um primeiro provimento, todos os lentes vitalícios da Escola Normal² seriam nomeados para as cátedras correspondentes no GES. A vitaliciedade no GES só seria adquirida dentro de dois anos, caso o docente fosse “preferido em concurso”, participação que lhe seria facultada. Curiosamente, o primeiro lente responsável pela cadeira de matemática elementar do GES foi o médico João Lordello dos Santos Sousa (1864-1940). De acordo com jornais da época, o professor João Lordello atuava como lente de pedagogia da Escola Normal, desde que fora nomeado em 01 de março de 1895. Tempos mais tarde, o médico alcançaria a vitaliciedade na cadeira de matemática Elementar.

Figura 1 – João Lordello dos Santos Souza.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Gabriel Lordello.

Nascido no município de Cachoeira, Estado da Bahia no ano de 1864, o médico João Lordello era uma espécie de referência intelectual no contexto capixaba daqueles tempos. Conhecedor dos idiomas francês e alemão, não são raras as aparições de seu nome em jornais de circulação capixaba dos primeiros anos do século XX. Relacionava-se com política, ocupou por alguns anos a Chefia do Serviço Sanitário, além de ter atuado como médico e cirurgião da Casa de Misericórdia. Especificamente, no que se refere à educação, era frequentemente convidado pela Diretoria de Instrução para avaliar candidatos ao magistério público. Compôs também, por várias vezes, banca examinadora dos Exames Preparatórios. Participou como conferencista do Congresso Pedagógico, realizado no Espírito Santo em 1909 e sua fala teve como motes principais “a evolução moral da criança” e “o ensino moral e cívico”. Aposentou-se da Escola

² De acordo com Barreto (2009) a Escola Normal foi criada oficialmente mediante o decreto nº 4, de 4 de junho de 1892, durante o governo do Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire. No entanto, existem registros de instituições capixabas devotadas a habilitar professores desde a década de 30 do século XIX.

Normal em 02 de agosto de 1919 e faleceu no município de Vila Velha - ES no ano de 1940.

A trajetória do professor João Lordello como responsável pela cadeira de matemática elementar do GES foi curta. De acordo com os arquivos do Colégio Estadual, o médico fora nomeado professor da cadeira de matemática elementar no mês de março de 1908³, porém o efetivo exercício teve início em 07 de abril do mesmo ano. A posse do novo Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, que sucedeu a administração do Coronel Henrique Coutinho em 27 de maio de 1908, definiu o regresso do médico para a Escola Normal e deu novos rumos para o recém-criado ginásio.

Uma série de decretos⁴ publicados de julho a setembro de 1908 alterou a configuração do corpo docente, até então existente no GES. Em conjunto eles definiam, dentre outras coisas: o regresso do professor João Lordello para a “cadeira de matemáticas” da Escola Normal; uma nova redação ao regulamento do GES e, nomeava como novos lentes de matemática do GES os padres Luiz Gonzaga Berger e Cyrillo Methodio.

Os atos administrativos que alteravam a composição docente do GES foram objeto de análise do legislativo, por meio da comissão de justiça e redação de leis, que emitiu parecer sobre a matéria em 11 de novembro de 1908: “Salvo melhor juízo, o parecer da comissão de justiça é que não assiste aos referidos lentes o direito a vitaliciedade às cadeiras de ambos os cursos”. (Diário da Manhã, 22/01/1909). As argumentações que negavam a dupla vitaliciedade aos docentes que atuavam no GES e na Escola Normal, especificamente no caso do professor João Lordello, de acordo com o parecer legislativo, estavam pautadas na incompatibilidade de horários:

A impossibilidade era material. Só a cadeira de matemática do gymnasio absorvia todo o tempo do lente. Basta ter em vista o respectivo horário. De sorte, o lente de mathematicas era obrigado a decidir-se por um ou por outro dos dois cursos. A permanecer vitalício da escola normal teria de renunciar ao gymnasio e vice-versa (Diário da Manhã, 22/01/1909).

Para além do conflito de horários, as razões do retorno do professor João Lordello e outros docentes para a Escola Normal pode ser compreendida mediante uma

³ Resolução nº 57 de 10/03/1908.

⁴ Decreto nº 134 de 18/07/1908, Decreto nº 177 de 12/09/1908 e Decreto nº 180 de 18/09/1908.

análise da composição do cenário político capixaba daqueles anos. No início do século passado, a família Souza Monteiro gozava de grande prestígio político no Espírito Santo. Nos períodos entre 1908 e 1912, e ainda, no intervalo de 1916 e 1920, o Espírito Santo teve um Souza Monteiro presidindo o Estado - os irmãos Jerônimo e Bernardino, respectivamente. Além do mais, Dom Fernando de Souza Monteiro, Bispo Diocesano de Vitória no período de 1901-1916 e irmão dos referidos políticos era o líder religioso católico daqueles tempos. Tal confluência familiar de poderes foi fundamental para a nova administração do GES.

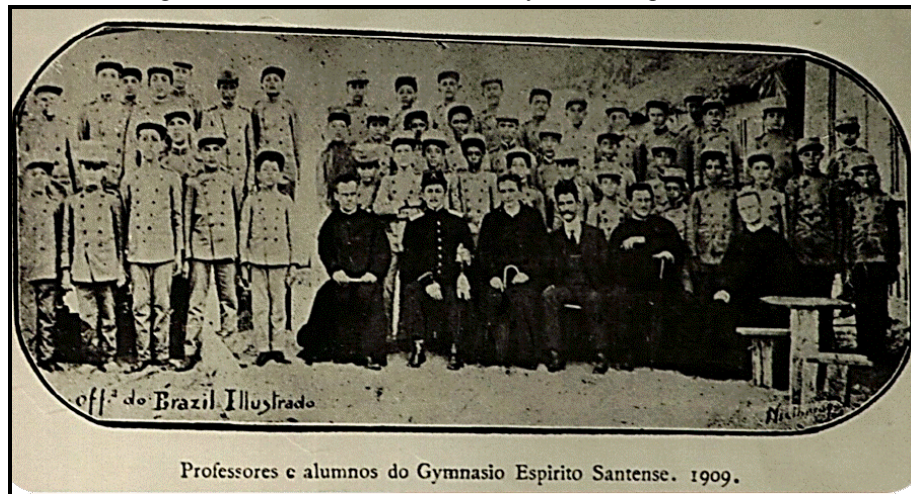
A administração do GES foi oficialmente confiada aos religiosos da Congregação do Verbo Divino por meio de um contrato entre o governo estadual e a sociedade “Sciencias e Lettras”, que começou a vigorar em 01 de fevereiro de 1909. Cabe ressaltar que, a essa altura, o GES já estava equiparado ao Gymnásio Nacional, desde 8 de outubro de 1908. A administração estadual entregou aos padres *verbitas* – católicos, o mais importante instituto de ensino secundário capixaba da época, com todas as regalias advindas do processo de equiparação, alegando oficialmente redução de custos. A justificativa do governo foi encaminhada ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 14 de setembro de 1909, nos seguintes termos:

Com os recursos escassos de que dispunha, não se achava o nosso erário em condições de manter o importante estabelecimento, o que, entretanto, conseguira mediante esse acordo.

[...] Revela observar que, ao mesmo tempo que se realizava essa economia, continuava o ensino naquele estabelecimento continuava a cargo de um corpo docente reconhecidamente idôneo e competente (p. 16).

Uma confluência política, engendrada por laços familiares, acabou se desdobrando numa estreita relação entre clero e o executivo estadual capixaba. As repercussões, de tal quadro político, impuseram uma nova disposição do quadro docente do GES. Não foi possível constatar um antagonismo político específico em relação à pessoa do professor João Lordello. Observa-se que circunstâncias políticas e familiares ocasionaram novos tempos para o GES, tempos de tutela religiosa. Em meados de 1909, sob a administração dos padres *verbitas*, a instituição de ensino era gerenciada pelo Padre Luiz Köster e havia um total de sessenta alunos matriculados na instituição.

Figura 2 - Professores e alunos do Gymnasio Espirito Santense, 1909.



Fonte: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1913

A administração dos padres verbitas representava uma nova identidade para o GES, especificamente no que diz respeito à composição de seus quadros administrativo e docente. De acordo com a ata da Congregação de 01 de março de 1909, que tratou de estabelecer as comissões dos exames gerais, o Pe. Cyrillo Methodio, oficialmente contratado como lente de matemática, foi deslocado como examinador de línguas mortas, cabendo ao Pe. Luiz Berger a função de examinar as “mathemáticas”. Na ata da reunião da Congregação do GES, de 01 de setembro de 1909, consta a presença do Pe. Guilherme Porten (1876-1949), novo diretor do GES, substituindo o Pe. Luiz Köster que havia solicitado exoneração, por motivo de viagem à Europa.

Nos anos seguintes um novo arranjo educacional para o ensino secundário, instituído nacionalmente, iria afetar de maneira significativa o GES. A chamada Reforma Rivadávia, que vigorou no Brasil a partir de 1911 até 1915, retirou do GES a condição de estabelecimento oficial de ensino, implicando numa perda expressiva de recursos de toda a ordem. De acordo com CURY (2009), a Reforma Rivadávia foi responsável pela desoficialização do ensino, de maneira que a necessidade de um curso secundário modelo deixou de existir. A extinção da equiparação teve repercussões nefastas para o GES, uma vez que o poder público não vislumbrava interesse em financiar, ou subsidiar, um estabelecimento de ensino não oficial.

A mensagem do governante Marcondes Alves de Souza, encaminhada ao Congresso Legislativo capixaba em 15 de outubro de 1914, retrata a questão:

Este estabelecimento [GES] estava a cargo da Sociedade Propagadora de Ciências e Artes, subvencionado pelo Governo com 26:400\$000 anuais, por força de contrato firmado.

Não dispensava resultado pelo dispêndio. Dirigiam o Gymnasio os padres da Congregação do Verbo Divino. Rescindi o contrato com a referida sociedade, mudando o funcionamento do Gymnásio para o comodo dos fundos da antiga igreja de S. Thiago, adaptada para tal fim.

Hoje está o Gymnasio entregue ao Exmo. e Reverendíssimo Snr. Bispo D. Fernando se Souza Monteiro, achando-se sob a direcção do rev. Padre Elias Tomazzi .

O governo apenas fornece o prédio onde está funcionando, o mobiliário e 30\$000 de auxilio ao porteiro do mesmo; permanece assim o estabelecimento de educação com insignificante ônus para os cofres públicos (p.122-123).

A reforma Rivadávia, entendida no Espírito Santo e em outras partes da República como uma desobrigação para com a educação pública, propiciou uma nova mudança de cunho administrativo no GES. Com a rescisão contratual entre o governo estadual e os padres verbitas, a instituição de ensino foi confinada a cinco cômodos do pavimento térreo da igreja de São Thiago, dividindo espaço com um cartório do Estado. Com o hiato aberto em relação ao corpo docente, o governo por meio de novo ato administrativo, determinou que os lentes da Escola Normal, mediante “uma pequena gratificação, tirada do que fosse pago pelos alunos de suas contribuições e matrículas e distribuída em partes proporcionais”, lecionassem no GES, sem prejuízo das horas trabalhadas na instituição de origem (Relatório Marcondes Alves de Souza, 1915, p. 130). Voltava então o GES, assim como no início dos trabalhos, sete anos antes, a contar com o mesmo quadro docente da Escola Normal, pelo menos em caráter oficial.

Na mensagem ao Congresso Legislativo, datada de 08 de setembro de 1915, Marcondes Alves de Souza relatou que o Bispo Diocesano Dom Fernando de Souza Monteiro demonstrara novo interesse na instituição, dessa vez se propondo a administrar “gratuitamente” o educandário, apenas recebendo “as contribuições e matrículas dos alunos que pudessem pagar”. O Presidente da Província aceitou a proposta do bispo, com a justificativa de que “era penoso aos lentes da escola Normal exercerem ao mesmo tempo cargos no Gymnasio” (idem). Desse modo, o GES retornava para a tutela religiosa, sob a direção do Padre Elias Tomasi.

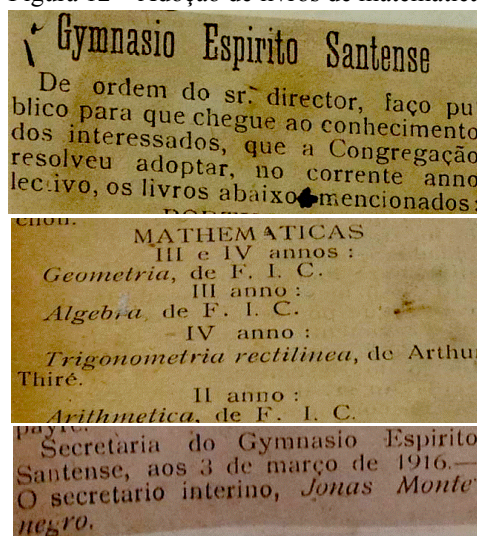
No entanto, o contato com os atos oficiais sugere que os lentes da Escola Normal sequer foram designados efetivamente para atuar no GES. Vários decretos

administrativos expedidos⁵, determinavam uma estrutura docente e gerencial formada por padres, em sua maioria, inclusive com o acúmulo de funções. As principais funções do GES foram assim distribuídas: Padre Elias Tomasi – diretor e acumulando “sem mais vantagens” o lugar de professor de latim e álgebra do GES; Padre Luiz Gonzaga Berger – Professor de alemão; Padre Camillo Loureiro Bento – Professor de Física e Química e História Natural, além de secretário; Padre Luiz Matteoli – Professor de Aritmética, Geometria e Desenho, além de inspetor de alunos; Adolpho Fernandes de Oliveira – Professor de francês, inglês, geografia e cosmografia; Bacharel Jonas Montenegro – Professor de Português, História do Brasil e História Universal.

3. O livro didático adotado

Uma composição de um cenário contendo algumas facetas inerentes à matemática escolar do GES, nos seus primeiros anos de funcionamento, estava quase completa: houve, formalmente, a adoção do currículo e metodologias de ensino e avaliação, oriundas do Colégio Pedro II, ou Ginásio Nacional, conforme previsto pelo regimento e ratificado pela congregação; professores foram identificados, bem como a dinâmica de composição do quadro docente. No entanto, faltava um elemento importante. Havia o corpo docente daqueles tempos optado pela adoção oficial de algum livro didático? A resposta estava num pequeno recorte de jornal, adormecido nos arquivos do GES.

Figura 12 – Adoção de livros de matemática



Fonte: Arquivo do Gymnasio do Espírito Santo.

⁵ Decretos 2064, 2065 e 2066 de 23/04/1915.

Uma hipótese sobre a predileção pelos livros F. I. C. pode ser formulada mediante a análise da trajetória de tais livros didáticos, bem como da sua inserção e difusão no Brasil. De acordo com Valente (1999), os livros FIC foram traduzidos para o português pelo professor Eugenio de Barros Raja Gabaglia⁶. A sigla FIC é o resultado da combinação das iniciais de *Frères de l'Instruction Chrétienne*, uma congregação religiosa que, por meio de seus irmãos-professores, compuseram obras didáticas para vários campos do saber. Tratava-se, portanto, de um livro didático redigido por uma congregação cristã que se harmonizava com os ares do GES daquele período, além de ter sido traduzida por um respeitado professor do Colégio Pedro II.

O ano de 1916 representa o final de um ciclo para o GES. Pela reforma Carlos Maximiliano, foi restaurado o sistema de equiparação e, por conta disso, os dirigentes políticos retomam atenção para com o ginásio. Além disso, chama atenção um artigo particular da reforma que estabelecia: Art.24 - “Nenhum estabelecimento de instrução secundária, mantido por particulares com intento de lucro ou de propaganda filosófica ou religiosa, poderá ser equiparado ao Colégio Pedro II”. Tal fato, associado à morte do Bispo Dom Fernando Monteiro, ocorrida em março de 1916, rechaçou qualquer possibilidade de nova administração do educandário por religiosos. Ainda em 1916 são perceptíveis novos ares no GES. A composição do corpo docente começa a se estabelecer, mediante seleção em concurso público. Em abril de 1917, uma banca de concurso foi instituída para a seleção do catedrático de Aritmética e Álgebra. O concurso para a cátedra de Geometria e Trigonometria Retilínea dar-se-ia apenas em 1919.

3. Considerações Finais

Nos primeiros anos de existência, o educandário era mencionado nas declarações dos dirigentes políticos como uma instituição de reconhecida importância para o Espírito Santo e, também, como um gerador de despesas para o erário público estadual. Tal premissa era o mote discursivo oficial para justificar os acordos com as autoridades religiosas que, na prática, implicavam na cessão administrativa da instituição.

⁶ De acordo com VALENTE (1999) o professor Eugenio de Barros Raja Gabaglia estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro de 1880 a 1885. Obteve os títulos de engenheiro civil e bacharel em ciências físicas e matemáticas. Em 1855, alcança o primeiro lugar no concurso para Lente do Colégio Pedro II, onde ministrou as disciplinas de Mecânica, Astronomia, Geografia, História Naval e Matemática. Foi diretor do Colégio Pedro II em 1914 e lecionou também nas Escolas Naval e Politécnica. Gabaglia faleceu em 1919.

Obviamente, o quadro político capixaba e as reformas nacionais para o secundário brasileiro interferiram na configuração docente e administrativa, pelo menos na primeira década de atividades do GES.

Dominique Julia (2001) já havia nos alertado que uma “cultura escolar” não deve ser estudada à revelia das outras culturas que lhe são contemporâneas, dentre elas, a política, religiosa e popular. Em seus primeiros anos de existência, o GES teve a sua configuração alterada, incluindo a cátedra de *Mathemática Elementar*, por motivações de cunho político. Logo após alcançar a primeira equiparação, a confluência familiar de poderes dos Monteiro confiou a administração do educandário a religiosos católicos⁷. Padres assumiram não só a direção do GES, como também a maioria das cátedras.

O GES viveu, ao longo de sua primeira década de existência, tempos contraditórios. Concebido para educar a elite da mocidade capixaba, que também era a mocidade capixaba das elites, quase foi extinto, quando as regalias do processo de equiparação foram suprimidas por uma reforma nacional de ensino. Com o restauro do regime de equiparação, o GES readquire novamente importância política e certa estabilidade administrativa, constatáveis mediante a abertura de concursos para seleção de catedráticos das diversas disciplinas.

Referências

BARRETO, Sônia Maria da Costa. Políticas educacionais e formação de professores no Espírito Santo: anos 1920. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara. **História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória: Edufes, 2009. p. 194-218.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p.717-738, out. 2009. Disponível em: <Disponível em>. Acesso em: 10 out. 2013.

DIÁRIO DA MANHÃ. Vitória, 21 fev. 1908.

_____. Vitória, 22 jan. 1909.

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem dirigida pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na primeira sessão da quinta legislatura**. Victoria: Papelaria e Typografia Nelson Costa, 1904.

⁷ Outros exemplos das próximas relações entre o clero e o governo estadual, bem como as repercussões para a educação da época, também foram destacados por Silva (2008), no estudo intitulado: *Os Poderes temporal e espiritual no Espírito Santo (1905-1912)*.

_____. **Mensagem dirigida pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na primeira sessão da sexta legislatura.** Victoria: Papelaria e Typografia Nelson Costa, 1907.

_____. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da sexta legislatura.** Victoria: Imprensa Oficial, 1909.

_____. **Mensagem dirigida por Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo NA 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura.** Victoria: papelaria e typographia popular, 1914.

_____. **Mensagem dirigida por Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em sua 3ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura.** Victoria: papelaria e typographia do Diário da Manhã, 1915.

_____. **Mensagem Especial dirigida por Marcondes Alves de Souza, presidente do Estado, ao Congresso Legislativo do Espírito Santo.** Victoria: papelaria e typographia do Diário da Manhã, 1915.

_____. Decreto nº 96, de 19 de janeiro de 1908. Dá Regulamento ao Gymnasio Espírito-Santense. **Diário da Manhã.** 153. ed. Vitória, ES, 23 jan. 1908.

_____. **Exposição sobre os Negócios do Estado no Quatrennio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jerônimo Monteiro presidente do Estado durante o mesmo período.** Vitória: 1913.

GINÁSIO DO ESPÍRITO SANTO. **Ata da 1ª reunião da Congregação do Ginásio Espírito-Santense, 1908.** Arquivo do Ginásio do Espírito Santo.

_____. **Ata da reunião da Congregação do Ginásio Espírito-Santense 01 de setembro, 1909.** Arquivo do Ginásio do Espírito Santo.

JULIA, Dominique. **A Cultura escolar como objeto histórico.** In: Revista Brasileira de História da Educação : n.º 1 : Jan./Jun. 2001.

SIMOES, R. H. S. ; SALIM, Maria Alayde Alcantara ; TAVARES, Johelder Xavier . O Ginásio e o Colégio Estadual do Espírito Santo no contexto das políticas públicas educacionais do Estado brasileiro (1933-1957). In: Regina Helena Silva Simões; Sebastião Pimentel Franco; Maria alayde Alcantara Salim. (Org.). **História da Educação do espírito santo: vestígios de uma construção.** 1 ed. Vitória: EDUFES, 2009, v. 1, p. 142-165.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930).** 1. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951.** Curitiba: Ed. do Autor, 1998.